



DOSSIÊ: EDUCAÇÃO NA PANDEMIA

Marcela Maria Almeida Silva

Sérgio Miguel Turcatto

Reginaldo Costa

Em janeiro de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou o surto global do novo coronavírus (COVID-19)¹ como emergência de saúde pública de importância internacional. Somente dois meses depois, a partir da notificação oficial da primeira morte em decorrência da doença no Brasil, o Governo Federal, através do Decreto Legislativo nº 6, 18 de março de 2020, confirmou a ocorrência de calamidade pública. Distintas esferas públicas e privadas determinaram a suspensão de diversas atividades, incluindo as presenciais nas escolas de educação básica. Após três longos anos, 700.239 brasileiros e brasileiras tiveram suas vidas interrompidas, segundo o Painel Coronavírus². A partir dessa realidade, o Dossiê *Educação na Pandemia*, socializa e fomenta reflexões sobre os enfrentamentos ocorridos na educação durante este período tão conturbado. Forjando assim acúmulos para transformar a educação de forma a ter como base a sua potência vital de (re)construir nossa potência intelectual e moral em busca de uma sociedade mais igualitária e justa.

Refletindo sobre o capitalismo brasileiro, utilizando o instrumental teórico de Antonio Gramsci, pode-se afirmar que se realiza uma “restauração regressiva” e “contrarrevolução

¹ COVID-19, segundo o Ministério da Saúde, é uma infecção respiratória aguda causada pelo coronavírus SARS-CoV-2, potencialmente grave, de elevada transmissibilidade e de distribuição global. O SARS-CoV-2 é um beta coronavírus descoberto em amostras de lavado bronco alveolar obtidas de pacientes com pneumonia de causa desconhecida na cidade de Wuhan, província de Hubei, China, em dezembro de 2019. Pertence ao subgênero Sarbecovírus da família Coronaviridae e é o sétimo coronavírus conhecido a infectar seres humanos (<https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/o-que-e-o-coronavirus>).

² Apresenta a síntese de casos, óbitos, incidência e mortalidade através do Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Fonte: <https://covid.saude.gov.br/>. Visitado em 03/04/2023.

passiva”, pois, segundo SEMERARO (2021), “o modelo atual de dominação se concentra em promover o isolamento dos indivíduos na multidão e a desagregação e se dedica com mais sofisticação a manipular emoções, o imaginário e o inconsciente coletivo”³. A evidência desse processo histórico foi explicitada no discurso negacionista do ex-presidente sobre as medidas sanitárias de prevenção e de isolamento social, no atraso da compra de equipamento de proteção individual (EPI), na lentidão distribuição de vacinas, inclusive, tendo sérias evidências de corrupção, segundo a CPI da Pandemia. Um caos potencializado pela base bolsonarista ao disseminar *fake news* para desqualificar as orientações dos órgãos de saúde e instituições científicas, embalado pelo escárnio do presidente Jair Messias Bolsonaro contra as famílias que perderam seus entes queridos.

Neste sentido, diante de um cenário econômico de crise do capital, aprofundada pela crise sanitária, o objetivo do então governo, era a retomada das atividades relacionadas à produção, comércio e serviços, cuja suspensão total ou parcial não correspondia ao interesse do grande capital. Era preciso, então, que fosse instituído um “novo normal”, capaz de aliar um discurso protocolar de cuidado sanitário, ainda que insólito, ao retorno dos trabalhadores aos seus postos de trabalho. A reabertura gradativa das cidades ao “novo normal” foi acompanhada de uma forte tensão relativa à retomada ou não das atividades pedagógicas presenciais nas unidades escolares da educação básica, como a imposição de reabertura nas escolas privadas e as ameaças constantes voltadas às redes públicas. Um dos pontos significativos da luta sindical foi a pauta unificada entre rede de educação pública estadual e a rede privada que fez surgir um novo modelo de greve, a chamada “Greve pela Vida”, que, para além do conceito de greve, constituiu-se como um movimento de resistência frente aos governos, patrões e entidades patronais para proteger as vidas dos profissionais de educação e o conjunto das comunidades escolares, no contexto de uma pandemia absolutamente fora de controle.

Neste contexto, a tecnologia digital é apresentada pelo empresariado como uma salvação absoluta diante das dificuldades impostas sobre a educação. O movimento de expansão do Ensino à Distância ganha vigor renovado. O Ensino Remoto torna-se uma alternativa, tendo como base os conglomerados empresariais da educação a vender produtos aos sistemas escolares privados e públicos. Contraditoriamente, ao mesmo tempo que é uma possibilidade de interação educacional emergencial durante a pandemia, que poderia, inclusive, ser construída pelos profissionais da educação, de acordo com as demandas sociais das comunidades escolares,

³ SEMERARO, G., *Intelectuais, educação e escola: um estudo do Caderno 12 de Antonio Gramsci*. 1 e. São Paulo: Expressão Popular, 2021, p. 180.

acaba por torna-se forma de ampliar o lucro das empresas do campo da educação, aprofundar a precarização da educação aos trabalhadores pobres e aumentar o controle pedagógico sobre os profissionais da educação, tendo como consequência o discurso do Ensino à Distância como solução para a universalização da educação.

Segundo SEMERARO (2021), a “revolução digital”, a disseminação da microeletrônica, da robótica, da inteligência artificial e do trabalho *on line*, fez com que nós professores e professoras passássemos de “operários-massa” a operários-avulso”, entregues a nós mesmos pelas forças organizativas do capital por meio das plataformas digitais. Por outro lado, vivemos num tempo de luta e defesa da vida, pela vacinação, por condições dignas de trabalho e pela liberdade de ensinar-aprender, em que os sindicatos e movimentos sociais diversos se postaram enquanto resistência ao negacionismo neofascista. Um tempo que viu nascer o debate sobre a implementação aligeirada e autoritária do Novo Ensino Médio, a sua adaptação ao regime remoto, negligenciando o acesso digital público a estudantes e docentes, tendo, por conseguinte, o empresariamento e plataformação da educação como método de responder às demandas impostas pela pandemia. Um tempo em que refletimos sobre a sobrecarga dos profissionais de educação, especialmente a partir dos recortes de gênero, raça e classe, sobre assédio e adoecimento, tanto físico, quanto psíquico.

O dossiê apresenta reflexões, prioritariamente dos nossos “intelectuais orgânicos” que estão no chão da escola. Assim, a partir de uma parceria junto a militantes do Sindicato dos Profissionais da Educação do Estado do Rio de Janeiro (SEPE) e do Sindicato dos Professores de Niterói e Região (SINPRO NITERÓI e REGIÃO), construímos uma proposta editorial que abriu espaço para os profissionais da educação apresentarem o seu “lado na história”, não apenas como fonte de depoimento, mas como produtores de reflexões críticas sobre o momento conturbado que a educação vive no país. Um exercício crítico de se apropriar de “conceitos mais universais, as mais refinadas e decisivas armas ideológicas”⁴, tendo em vista a perspectiva de diagnosticar a situação da educação no contexto de pandemia de COVID-19, mas, acima de tudo buscar constituir um acúmulo de reflexões para a construção de uma educação emancipadora. Refletir sobre uma configuração da educação que se almeje a *escola unitária*, que seja capaz de superar os desígnios do capital, integrando o ato de viver e educar.

⁴ GRAMSCI, A. *Cadernos do Cárcere*, v. 1. Edição e tradução, Carlos Nelson Coutinho; coedição, Luiz Sérgio Henriques e Marco Aurélio Nogueira. – 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006, p. 225.

Ressignificando o trabalho e a educação como, fundamentalmente, um ato de vida para as realizações profundamente humanas e não do imperativo da mercadoria.

Nesse dossiê somos desafiados a refletir sobre como mesmo durante uma pandemia e em meio a ascensão neofascista ainda é urgente compreender os meandros da ação do capital sobre a educação e construir alternativas. De tal maneira, ultrapassando uma visão liberal-formal, que encaixa a educação na condição de formadora de “cidadãos” funcionais ao sistema hegemônico, criando condições materiais e políticas para a construção de uma educação dedicada a formar dirigentes políticos e, desta forma, construir uma sociedade radicalmente democrática.